

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 120.664 - BA (2019/0344783-9)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
RECORRENTE : C A DE A (PRESO)
ADVOGADO : GENIVALDO ARAÚJO DOS SANTOS - BA037311
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por **C.A. DE A.** contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, cuja ementa registra:

"EMENTA - *HABEAS CORPUS* - PLEITO DE LIBERDADE E, SUBSIDIARIAMENTE, SUBSTITUIÇÃO DA CUSTÓDIA POR MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA SEGREGAÇÃO, OU, AINDA, POR PRISÃO DOMICILIAR - PACIENTE ACUSADO DA PRÁTICA DE CRIME PREVISTO NO ARTIGO 121, § 2º, INCISOS II e IV, DO CÓDIGO PENAL- ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA E FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA DA DECISÃO QUE DECRETOU A CUSTÓDIA CAUTELAR - ARGUMENTOS INSUBSISTENTES - CONSIDERAÇÕES SOBRE AUSÊNCIA DE AUTORIA QUE DEMANDAM REVOLVIMENTO PROBATÓRIO, INCABÍVEL NA VIA ESTREITA DO WRIT - DECISÃO QUE APONTA ELEMENTOS CONCRETOS A JUSTIFICAR A SEGREGAÇÃO - PACIENTE QUE SE ENCONTRAVA EM LOCAL INCERTO E NÃO SABIDO, LOGO APÓS O FATO DELITUOSO - GARANTIA DE APLICAÇÃO DA LEI PENAL - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO - ORDEM DENEGADA.

I - Paciente acusado da prática de crime previsto no artigo 121, § 2º, incisos II e IV, do Código Penal, como participante de homicídio ocorrido em 25 de maio de 2019, na localidade do Junco, Zona Rural, na cidade de Jacobina/BA, em que a vítima faleceu após ser atingida com 15 disparos de arma de fogo.

II - Considerações sobre ausência de indícios de autoria demandam revolvimento probatório incabível na via estreita do writ.

III - Decreto fundamentado na garantia da ordem pública, dada a gravidade em concreto da conduta, e, ainda, "na necessidade de assegurar a ordem pública e garantir a aplicação da lei penal, tendo em vista que o fato abalou o meio social e os réus evadiram-se do distrito da culpa."(ID 4157671, fls.17) IV- O Juízo de Primeira Instância, mais próximo à realidade dos fatos, fundamentou a manutenção da segregação do Custodiado no fato de o Acusado ter permanecido foragido, durante 20 (vinte) dias, o que atrai a incidência do disposto no art. 312 do Código de Processo Penal.

V- Tese de inexistência de fuga do local que não merece análise. O argumento, trazido na inicial, de não se encontrar demonstrada fuga do local do fato, por igual, não se encontra comprovado, indene de

dúvidas, na sua historicidade, o que demanda, também, revolvimento fático probatório.

VI- Os pedidos de substituição da segregação por uma das medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP, e de substituição da custódia pela segregação domiciliar, não há como ser deferidos, em razão da falta de demonstração do preenchimento dos requisitos legalmente previstos.

VII - Eis, sobre o tema, o Entendimento dos Tribunais Superiores, in verbis: "Ocorre que, seja quanto à aferição do dolo, seja quanto à responsabilidade do réu pela sua não localização, as teses defensivas dependeriam de incursão no acervo fático-probatório da causa, expediente que não pode ser realizado no âmbito do habeas corpus, destinado estritamente à controvérsia de direito. 7. As condições subjetivas favoráveis do paciente, tais como residência fixa e ocupação lícita, por si sós, não obstam a segregação cautelar, quando presentes os requisitos legais para a decretação da prisão preventiva. 8. Habeas corpus não conhecido. (HC 492.657/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 06/06/2019, DJe 14/06/2019).

VIII - Parecer da Procuradoria de Justiça pela denegação da Ordem." (e-STJ, fls. 148-150).

Consta nos autos que o recorrente teve sua prisão preventiva decretada em 03/07/2019, pela suposta prática do delito tipificado no art. 121, §2º, II e IV do Código Penal.

Nesta Corte, o recorrente alega, em síntese, a inidoneidade da fundamentação do decreto preventivo porque baseada na gravidade em abstrato do delito.

Destaca suas condições pessoais favoráveis e assevera que não fugiu do distrito da culpa, pois estava viajando a trabalho como comerciante de confecções.

Requer a revogação da sua prisão cautelar.

Parecer do Ministério Público Federal pelo não provimento do recurso (e-STJ, fls. 196-202).

É o relatório.

Decido.

Pretende o recorrente a revogação da prisão preventiva, porquanto ausente fundamentação idônea nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal.

A custódia cautelar está assim motivada:

"(...)

Havendo prova da materialidade e indícios suficientes da autoria, alinham os artigos 312 e 313, parágrafo único, do CPP as hipóteses em que se admite a prisão preventiva desde que inadequadas ou insuficientes as medidas restritivas, ditas cautelares, arroladas no artigo 319 da lei processual penal.

Como sempre se tem destacado, a privação da liberdade em caráter cautelar deve ser instituto aplicado com parcimônia sob pena se sua banalização - ou mais grave - sua utilização como verdadeira antecipação de pena em consonância com os anseios do chamado

Movimento da Lei e da Ordem.

Referido movimento vê o Direito Penal como panaceia de todos os males e advoga a utilização desmedida das medidas cautelares restritivas, mormente a prisão provisória, o que, no mais das vezes, descamba para ofensa flagrante aos direitos e garantias individuais, constitucionalmente estabelecidos como pilares do Estado Democrático de Direito.

Todavia, situações há em que se revela necessária a prisão cautelar sob o prisma, também, da imperiosidade de manutenção da credibilidade nas Instituições especialmente em casos de reiteradas práticas criminosas dado que não se pode perder de vista que um dos escopos da segregação na fase cognitiva processual é, precisamente, garantir a ordem pública.

Em casos que tais a garantia da ordem pública consiste em "evitar que o delinqüente volte a cometer delitos, ou porque é acentuadamente propenso às práticas delituosas, ou porque, em liberdade, encontraria os mesmos estímulos relacionados com a infração cometida" (JTACRESP 42/58 - apud Código de Processo Penal Interpretado, Mirabete, Júlio Fabbrini, 5ª edição, 1997, São Paulo, Atlas, p. 414).

O argumento trazido acima não colide com o princípio da presunção de não-culpabilidade porquanto se trata de providência de natureza cautelar fundada nos requisitos próprios sendo certo que o periculum in mora se traduz, principalmente, no risco social que a liberdade de tal agente tem acarretado.

Não se trata de juízo de probabilidade de condenação pois que aí haveria inquestionável antecipação de pena o que é vedado na ordem jurídica vigente.

A custódia provisória, na hipótese em questão, se funda na necessidade de assegurar a ordem pública e garantir a aplicação da lei penal, tendo em vista que o fato abalou o meio social e os réus evadiram-se do distrito da culpa." (e-STJ, fls. 35-36).

O pedido de revogação da custódia cautelar foi indeferido com o seguinte fundamento:

"(...)

A prisão preventiva é modalidade de prisão cautelar, admissível em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal e ordenada pelo Juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público, do querelante, ou mediante representação da autoridade policial (artigo 311, Código de Processo Penal).

Ademais, a legislação processual penal exige como pressupostos a materialidade e indícios suficientes de autoria, aliados a um dos fundamentos justificadores da medida, a saber, a garantia da ordem pública, da ordem econômica, a conveniência da Instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, nos termos do art. 312 do CPP.

Cumpre-me registrar que, in casu, estão presentes os pressupostos da preventiva, uma vez que existe a prova do crime e há indícios suficientes de autoria, configurando o *fumus commissi delicti*, conforme

se depreende dos elementos apurados na fase inquisitorial.

Doravante, procederei ao exame das hipóteses ou fundamentos da decretação da preventiva, também conhecidos por *periculum libertatis*. A custódia do acusado foi decretada com fundamento na garantia da ordem pública e aplicação da Lei penal, tendo em vista que o fato abalou o meio social e os réus evadiram-se do distrito da culpa. A princípio e em sede de cognição sumária, depreende-se que o acusado está envolvido com a prática de homicídio qualificado, delito este que possui alto grau de reprovabilidade.

No caso em exame, vislumbro que ainda encontram-se subsistentes os motivos declinados na decisão que decretou a prisão preventiva do acusado. Outrossim, considerando a gravidade, em concreto, do delito imputado ao denunciado, a liberação deste, neste momento, compromete a ordem pública. Ademais, o fato de não haver registro de maus antecedentes e residência fixa não justifica a revogação da prisão preventiva, vez que a conduta típica e o contexto em que o fato criminoso aconteceu autorizam a manutenção da medida.

Ademais, bom ressaltar que a simples fuga do distrito da culpa dá ensejo ao decreto

prisional, pois caracteriza intenção do indiciado/acusado em não se ver punido pelo ato pelo qual está sendo acusado, demonstra a falta de colaboração no apuratório, o que pressupõe a necessidade da custódia cautelar para assegurar a aplicação da Lei Penal.

Portanto, entendo que não surgiram fatos novos que enfraqueçam ou desautorizem os fundamentos lançados na decisão anterior que decretou a prisão." (e-STJ, fls. 108-109).

O Tribunal local manteve a custódia preventiva, nos seguintes termos:

"(...)

Primeiramente, as considerações sobre ausência de indícios de autoria demandam revolvimento probatório, incabível nesta via estreita do writ.

A Decisão que decretou a custódia encontra-se devidamente fundamentada em dados concretos, em face do elevado grau de reprovação da ação, ao apontar o Paciente, supostamente, como autor do homicídio, ocorrido em 25 de maio de 2019, na localidade do Junco, Zona Rural, na cidade de Jacobina/BA, em que a vítima faleceu após ser atingida com 15 disparos de arma de fogo.

O referido Decreto tem como fundamento, portanto, a garantia da ordem pública, dada a gravidade em concreto da conduta, e, ainda, "na necessidade de garantir a aplicação da lei penal, tendo em vista que o fato abalou o meio social e os réus evadiram-se do distrito da culpa." ((ID 4157671, fls.17).

Acrescente-se, ademais, que a conduta do Paciente revela periculosidade e *modus operandi* de alto grau de reprovação, pois o crime do qual é acusado foi praticado com a deflagração de 15 (quinze) disparos, o que denota aparente frieza e requintes de crueldade.

Não se deve perder de vista que a ação do envolvido deverá ser

analisada pela Autoridade de Primeira Instância, com base no regramento do Estado Democrático de Direito, tendo como premissa a ampla defesa e o contraditório, mas é de notar-se a necessidade de maior cautela para averiguação dos fatos narrados, sendo imperiosa as segregações cautelares.

Note-se, por outro lado, que a alegativa do Paciente, de não se encontrar demonstrada a sua fuga do local do crime, demanda, por igual, revolvimento fático probatório, que, como já salientado, não cabe, nesta via estreita, por ausência de comprovação, indene de dúvida, do quanto argumentado.

Encontram-se presentes, pois, os requisitos autorizadores da medida perpetrada, quais sejam, a materialidade delitiva, indícios de autoria e a necessidade de segregações cautelares, considerando-se as circunstâncias da prática do fato delituoso.

(...)

Outrossim, as condições pessoais favoráveis do Paciente não retiram o caráter imprescindível da decretação da preventiva, em sendo verificados os requisitos desta medida de exceção, como na hipótese em exame.

De mais a mais, também não se constata a necessidade de substituição da segregação por uma das medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP. Igualmente, resta incabível o pleito de substituição da custódia pela segregação domiciliar, em razão da falta de demonstração do preenchimento dos requisitos previstos no artigo 318, do Código de Processo Penal." (e-STJ, fls. 157-158).

A teor do disposto no art. 312 do Código de Processo Penal, havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, a prisão preventiva poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.

Na hipótese, verifica-se que a custódia provisória está suficientemente motivada na garantia da ordem pública e para assegurar a aplicação da lei penal, tendo em vista a periculosidade do recorrente, que se evidencia na gravidade concreta da conduta delitiva e por ter fugido do distrito da culpa. Segundo se verifica, o recorrente, em concurso de agentes, teria desferido 15 disparos de arma de fogo na vítima e, em seguida, se evadido do local dos fatos delituosos.

O Superior Tribunal de Justiça possui entendimento consolidado de que não há constrangimento ilegal quando a prisão preventiva é decretada em razão do *modus operandi* com que o crime fora praticado.

Sobre o tema, os seguintes precedentes:

"RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. MOTIVO TORPE E RECURSO QUE DIFICULTOU A DEFESA DA VÍTIMA. PRISÃO PREVENTIVA. *MODUS OPERANDI*. CRIME COMETIDO EM RAZÃO DE VINGANÇA. RÉU MULTIRREINCIDENTE. RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. AUSÊNCIA DE

CONTEMPORANEIDADE DO DECRETO PRISIONAL. INOCORRÊNCIA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. INAPLICABILIDADE DE MEDIDA CAUTELAR ALTERNATIVA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. RECURSO DESPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça - STJ firmou posicionamento segundo o qual, considerando a natureza excepcional da prisão preventiva, somente se verifica a possibilidade da sua imposição e manutenção quando evidenciado, de forma fundamentada em dados concretos, o preenchimento dos pressupostos e requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal - CPP. A custódia cautelar somente deve persistir em casos em que não for possível a aplicação de medida cautelar diversa, de que cuida o art. 319 do CPP.

2. A prisão cautelar foi adequadamente motivada pelas instâncias ordinárias, que demonstraram, com base em elementos concretos, a periculosidade do recorrente e a gravidade do delito, evidenciadas pelas circunstâncias da conduta criminosa - homicídio praticado mediante disparos de arma de fogo, em virtude de vingança, porquanto a vítima era um dos autores de um assalto a ônibus que teve como vítima uma familiar do corréu - somadas à consistente possibilidade de reiteração delitiva, na medida em que ostenta anotações em sua ficha de antecedentes criminais pela prática de outros delitos, sendo inclusive multirreincidente, recomendando-se a custódia cautelar especialmente para a garantia da ordem pública.

3. Não há falar em extemporaneidade entre o delito e o decreto prisional preventivo, uma vez que os indícios de autoria em relação ao recorrente foram detectados após 3 anos da data dos fatos, com o avançar das investigações. Não houve flagrante e a prisão preventiva foi decretada por ocasião do recebimento da denúncia, no curso do processo penal, de acordo com o disposto no art. 311 do Código de Processo Penal.

4. Esta Corte Superior possui entendimento firme no sentido de que a presença de condições pessoais favoráveis do agente, como primariedade, domicílio certo e emprego lícito, não representa óbice, por si só, à decretação da prisão preventiva, quando identificados os requisitos legais da cautela.

5. São inaplicáveis quaisquer medidas cautelares alternativas previstas no art. 319 do CPP, uma vez que as circunstâncias do delito e a periculosidade social do agente evidenciam a insuficiência das providências menos gravosas.

6. Recurso ordinário em habeas corpus desprovido." (RHC 110061-AL, Quinta Turma, Relator Ministro Joel Ilan Paciornik, DJe 22/08/2019).

"PROCESSO PENAL. *HABEAS CORPUS* SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. MODUS OPERANDI. PERICULOSIDADE SOCIAL DO PACIENTE. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. GARANTIA DA ORDEM

PÚBLICA. EXCESSO DE PRAZO. NÃO VISUALIZADO. SÚMULA 21 DO STJ. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INVIABILIDADE. COAÇÃO ILEGAL NÃO DEMONSTRADA. WRIT NÃO CONHECIDO.

1. O *habeas corpus* não pode ser utilizado como substitutivo de recurso próprio, a fim de que não se desvirtue a finalidade dessa garantia constitucional, com a exceção de quando a ilegalidade apontada é flagrante, hipótese em que se concede a ordem de ofício.

2. A privação antecipada da liberdade do cidadão acusado de crime reveste-se de caráter excepcional em nosso ordenamento jurídico (art. 5º, LXI, LXV e LXVI, da CF). Assim, a medida, embora possível, deve estar embasada em decisão judicial fundamentada (art. 93, IX, da CF), que demonstre a existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria, bem como a ocorrência de um ou mais pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal. Exige-se, ainda, na linha perfilhada pela jurisprudência dominante deste Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, que a decisão esteja pautada em motivação concreta, vedadas considerações abstratas sobre a gravidade do crime.

3. Na espécie, a prisão preventiva encontra-se fundamentada na garantia da ordem pública, em razão da gravidade concreta do delito e da periculosidade social do agente, evidenciada pelo *modus operandi* perpetrado - na presença de diversas testemunhas, matou seu colega de trabalho, em razão de desavença por motivo fútil, mediante o uso de uma faca. Precedentes.

4. Mostra-se indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, quando evidenciada a sua insuficiência para acautelar a ordem pública.

5. Excesso de prazo não visualizado. Na espécie, é ressaltado que a fase instrutória já teve fim e que, no momento, a marcha processual perante o Juízo de primeiro grau foi interrompida para análise de recurso em sentido estrito apresentado pela defesa. Ainda, incide no caso o enunciado da súmula de n. 21 desta Corte, segundo a qual "Pronunciado o réu, fica superada a alegação do constrangimento ilegal da prisão por excesso de prazo na instrução".

6. Writ não conhecido." (HC 498801-RS, Quinta Turma, Relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe 30/08/2019).

"RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. HOMICÍDIO QUALIFICADO. EXCESSO DE PRAZO PARA FORMAÇÃO DA CULPA. NÃO OCORRÊNCIA. PLURALIDADE DE RÉUS. COMPLEXIDADE DA CAUSA. PROCESSO QUE TRANSCORRE COM NORMALIDADE. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO REALIZADA. PRISÃO PREVENTIVA. *MODUS OPERANDI*. RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PARECER ACOLHIDO. PRECEDENTES.

1. Segundo o pacífico entendimento doutrinário e jurisprudencial, a configuração de excesso de prazo não decorre da soma aritmética de prazos legais. A questão deve ser aferida segundo os critérios de razoabilidade, tendo em vista as peculiaridades do caso.
2. Na hipótese, tem-se que o decreto de prisão preventiva foi cumprido em 3/4/2018. Trâmite regular do processo, com audiência de instrução e julgamento realizada em 12/6/2019 e a continuação marcada para 21/8/2019.
3. Não há excesso de prazo, pois se trata de processo complexo, com pluralidade de réus e, na hipótese, foi demandado um maior número de diligências.
4. A prisão preventiva é cabível mediante decisão devidamente fundamentada e com base em dados concretos, quando evidenciada a existência de circunstâncias que demonstrem a necessidade da medida extrema, nos termos do art. 312 e seguintes do Código de Processo Penal.
5. No caso, a prisão cautelar foi decretada e mantida com fundamentação idônea, considerando-se as circunstâncias concretas do fato delituoso em análise, reveladoras, pelo *modus operandi* empregado, da real gravidade do crime (homicídio qualificado, praticado com extrema violência e crueldade, em concurso de agentes, em que há informações de se tratar de organização criminosa), além do fundado receio de reiteração delitiva (em razão de o recorrente responder por outro delito de mesma natureza). Isso confere lastro de legitimidade à manutenção da medida extrema.
6. Eventuais condições pessoais favoráveis não têm o condão de, isoladamente, desconstituir a custódia antecipada, quando estão presentes outros requisitos autorizadores da decretação da medida constritiva de liberdade.
7. Recurso em habeas corpus improvido." (RHC 112658-AM, Sexta Turma, Relator Ministro Sebastião Reis Júnior, DJe 29/08/2019).

Ademais, é válida a prisão cautelar decretada com o fim de resguardar a aplicação da lei penal, haja vista a fuga do paciente do distrito da culpa.

A seguir os seguintes julgados que respaldam esse entendimento:

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. FURTO SIMPLES. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. RECORRENTE FORAGIDO. NECESSIDADE DE GARANTIR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL. RÉU REINCIDENTE EM CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

1. A privação antecipada da liberdade do cidadão acusado de crime reveste-se de caráter excepcional em nosso ordenamento jurídico, e a medida deve estar embasada em decisão judicial fundamentada (art. 93, IX, da CF), que demonstre a existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria, bem como a ocorrência de um ou mais pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal. Exige-se, ainda, na linha perfilhada pela jurisprudência dominante deste Superior Tribunal de Justiça e do

Supremo Tribunal Federal, que a decisão esteja pautada em motivação concreta, vedadas considerações abstratas sobre a gravidade do crime.

2. Caso em que a medida constritiva da liberdade foi mantida pelo Tribunal impetrado para assegurar a aplicação da lei penal, porquanto o recorrente encontra-se em local incerto e não sabido há mais de 1 ano, estando o mandado prisional ainda em aberto.

3. Com efeito, ao acusado que comete delitos o Estado deve propiciar meios para o processo alcançar um resultado útil. Assim, determinadas condutas, como a não localização, ausência do distrito da culpa, a fuga (mesmo após o fato) podem demonstrar o intento do agente de frustrar o direito do Estado de punir.

4. Soma-se a isso, ademais, o fato de que o recorrente ostenta um extenso histórico delitivo, porquanto possui diversas condenações por crimes contra o patrimônio, e está atualmente respondendo pelo crime de homicídio qualificado tentado, circunstâncias que reforçam a necessidade da segregação cautelar.

5. Recurso ordinário improvido."

(RHC 86458/MG, Relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, julgado em 28/11/2017, DJe 04/12/2017).

"PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. LATROCÍNIO. PRISÃO PREVENTIVA. EVASÃO DO RÉU DO DISTRITO DA CULPA. GARANTIA DO DESEMPENHO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL E ASSEGURAMENTO DE EVENTUAL APLICAÇÃO DA LEI PENAL.

1. A custódia cautelar está devidamente fundamentada, tendo em vista que o recorrente, além de ostentar evidente periculosidade, em razão do modus operandi e da reiteração delitiva, fugiu do distrito da culpa após o cometimento do hediondo crime, permanecendo foragido por quase 20 anos, de forma a indicar o risco concreto à aplicação da lei penal.

2. Recurso em *habeas corpus* improvido."

(RHC 84.941/SP, Relator Ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, julgado em 06/02/2018, DJe 15/02/2018).

Ressalte-se, ainda, que as condições pessoais favoráveis do agente não têm o condão de, isoladamente, garantir a liberdade ao acusado, quando há, nos autos, elementos hábeis que autorizam a manutenção da medida extrema nos termos do art. 312 do CPP.

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator